
Sobre Alguns Problemas na Política da Estética de Rancière: um Diálogo¹

Gabriela Machado Ramos de ALMEIDA²

Dieison MARCONI³

Mário A. O. M. ROLIM⁴

Escola Superior de Propaganda e Marketing (ESPM-SP)

Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)

RESUMO

Este texto escrito a seis mãos visa dar prosseguimento a um diálogo frutífero entre três pessoas que têm investido em apropriações da obra do filósofo francês Jacques Rancière em suas respectivas pesquisas. Este diálogo teve como ponto central a apresentação e publicação no encontro da Compós de 2022 de um artigo de Mário Rolim sobre seus problemas na aplicação de conceitos de Rancière em sua tese de doutorado atualmente em desenvolvimento, seguido do relato do artigo feito por Dieison Marconi e Gabriela Almeida. No presente trabalho em particular, trazemos tanto a publicação de uma versão revisada do relato (apresentado na Compós de forma oral) quanto uma “réplica” ao relato, no intuito de convidar outras pessoas a participar desta conversa.

PALAVRAS-CHAVE: estética; política; Rancière; política da estética; políticas do corpo.

INTRODUÇÃO

Em junho de 2022, as três pessoas que compartilham a autoria deste artigo estiveram reunidas no GT de Comunicação e Experiência estética da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação (Compós). Dieison Marconi e Gabriela Almeida, além de apresentarem o trabalho “*À procura de um páthos queer: conexões entre Aby Warburg e os Estudos queer*”, foram incumbidos de fazer o relato do trabalho de Mário Rolim, intitulado “*Seis problemas na política da estética: pensando com e contra Rancière*”. Tendo em vista o proveitoso diálogo que se estabeleceu a partir do relato, mas que, infelizmente, foi de encontro ao rígido manejo do tempo para a relatoria no contexto daquele evento, acordamos que seria interessante estendermos a conversa para um artigo. Assim, escrevendo este trabalho a seis mãos, propõe-se retomar não apenas o artigo apresentado por Mário Rolim e seu posterior relato, mas também

¹ Trabalho apresentado no GP Estéticas, políticas do corpo e interseccionalidades do XXII Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 45º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Professora titular do PPGCOM ESPM. Email: gabriela.mralmeida@gmail.com

³ Pesquisador de pós-doutorado no PPGCOM ESPM. Email: dieisonmarconi@gmail.com

⁴ Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UFPE. Email: marioaugusto199301@gmail.com

oferecer um espaço para a tréplica do autor e produzir, na medida do possível, algumas sínteses em torno das questões que nortearam o debate, centradas em torno principalmente do que Rolim chamou de "seis problemas na política da estética de Rancière".

Antes de mais nada, reforçamos que o trabalho de Mário apresentou um esforço louvável de síntese do pensamento de Jacques Rancière e o relato se se deteve justamente sobre esse ponto: ao mesmo tempo em que se trata de um texto que de fato reflete a seriedade do investimento teórico que foi feito, talvez avance também para uma tentativa de extrair de Rancière uma grande teoria, da qual nós, Gabriela e Dieison, não temos certeza da viabilidade. Como aspecto geral, o que Rolim faz, e é muito bem-vindo, é uma leitura decolonial de Rancière, ainda que isso não esteja claramente enunciado no artigo. Um ponto forte do trabalho é extrapolar a discussão a partir de uma argumentação estritamente teórica e incorporar ao texto cenas de dissenso que Mário observou em seu percurso de pesquisa com a música, mais especificamente o *rap*.

Dito isso, reproduziremos a seguir o relato feito durante o GT de Comunicação e Experiência Estética, além de expandir alguns comentários que não foram devidamente explorados em função do espaço-tempo restrito do GT. Nosso objetivo ainda é o mesmo, isto é, levantar perguntas, dúvidas e comentários que fortaleçam um exercício conjunto de reflexividade. Porém, desta vez, Mário poderá responder a estes comentários na tessitura da escrita, um lugar privilegiado para o exercício coletivo do pensamento. Sugerimos fortemente a leitura do trabalho de Mario Rolim que deu origem a essa conversa⁵.

O RELATO:

Problema 1: Diferentes níveis de polícia

A primeira objeção de Mário Rolim a respeito dos estudos rancierianos diz respeito às diferentes polícias ou níveis de polícia. Acompanhado de Tina Chanter (2018, p. 166, tradução do autor), Mário expõe o argumento de que não existe uma ordem policial; existem várias. Existem mundos conflituosos, que se contestam, que às vezes se sobrepõem, que frequentemente colidem entre si, em colisões que podem ser dissensuais, e que o “mundo que domina em um contexto” pode não ser “o mundo que domina em outro”. Isto é, para o autor, Rancière tende a falar “como se houvesse um único

⁵ Disponível nos anais do Encontro da Compós. Acesso aqui: <https://drive.google.com/file/d/1kPnHn5YUlrp21QSPaxD606yNKNcrG9hd/view?usp=sharing>

policciamento geral sobre determinada situação, mesmo quando trata de uma cena historicamente localizada” (ROLIM, 2022, p. 2) e que, dessa forma, Rancière sugeriria a existência de uma *uma partilha policial do sensível geral* que abarca todo um recorte social, por mais que esses recortes não sejam tratados por ele como independentes de variações sociais, de tempo e de espaço.

Neste ponto, acreditamos que é necessário retomar o que Rancière entende por partilha do sensível, isto é, o modo como os corpos, sujeitos e grupos de sujeito estão distribuídos e aparecem em comunidade. A partilha do sensível diz respeito à partilha do mundo comum ou de um comum compartilhado: o tempo, o espaço, o visível, o audível e o dizível. No entanto, para Rancière, se há um espaço comum/sensível do qual todos e todas nós partilhamos, também há recortes ou partes exclusivas desse sensível que cada grupo ou sujeito ocupa a depender do que esse grupo ou sujeito é ou faz. A partilha do sensível é, ao mesmo tempo, comum e fracionada em partes exclusivas, determinada por modulações da relação pendular entre *polícia e política*, em que a polícia é a “ordem do visível e do dizível que determina a distribuição das partes e dos papéis” (Rancière, 1996, p. 172) e a política é o “conjunto de atividades que vêm perturbar a ordem da polícia” (Rancière, 1996, p. 172).

Aqui, nota-se que tanto a ideia de polícia quanto a ideia de política são bastante abstratas, porosas e voláteis, nos parecendo impossível de nomeá-las como conceito ou teoria, mas sim como um instrumento teórico e descritivo que só ganha sentido quando é mobilizado a partir da especificidade de uma cena de dissenso ou de uma dramaturgia do dano. A cena de dissenso deve ser entendida, neste sentido, como uma descrição cautelosa dos elementos estéticos e políticos que provocam um dano no regime policial/consensual, o qual, também precisa ser verificado, instrumentalizado e descrito em sua tessitura estética/sensível.

Por esse motivo, entendemos a impressão de que, às vezes, e como bem aponta Mário, Rancière parece sugerir que existiria uma “partilha policial geral do sensível”, pois o historiador francês não nos explica, de forma categórica, o que compreende por “partilha policial”, assim como tão pouco estabelece especificidades, matizes, nuances, graduações e entretons do que chama de regime policial. Logo, sua ideia de polícia e consenso parecem especialmente vagas e, portanto, genéricas e amplas. Na verdade, os estudos de Rancière, e mais especificamente os instrumentos de polícia e política, são “raramente capturáveis” (MARCONI, 2021, p. 13). Isto é,

[...] ao expor em diferentes obras o que seria partilha do sensível e seus dois regimes constituintes (polícia e política), o autor suspende qualquer afirmação fixa, determinística ou totalizante do que seriam esses dois regimes e abre espaço para que muitos sigam se perguntando o que de fato elas indicariam, já que tanto sua ideia de política (e, por consequência, a de democracia) quanto a de polícia passam longe das esferas da institucionalização, dos regimes jurídicos e, mais amplamente, de uma teoria discursiva da filosofia política. No entanto, é nesse gesto apriorístico que a própria política ganha legibilidade na obra do autor: fazendo da sua teoria uma ação e, por consequência, reconhecendo a igualdade de inteligências, Rancière não nos explica tudo: ele nos oferece métodos de verificação para que possamos construir nossos próprios caminhos – e percalços – para compreender as relações indissociáveis entre estética e política dentro de determinada cena específica. (MARCONI, 2021, p. 13).

O que propomos pensar junto com Mário é que, talvez, essa impressão de que Rancière produz uma *partilha policial do sensível geral* só seria válida se suas análises (e também as nossas análises) partissem de cenas genéricas, uniformes, amplas, globais – o que descartaria as especificidades estéticas e políticas de cada cena de dissenso, bem como as especificidades policialescas que determinada cena insiste em rasurar e polemizar.

Rancière não é um estudioso dos grandes acontecimentos, não busca fazer uma teoria universal que explica tudo, seu pensamento é prosaico, partilhado em pequenos pedaços, é pouco ambicioso e, por isso, sua reflexão sobre o regime policial nos parece tão pouco capturável. Sim, existem diferentes regimes de polícia que incidem sobre um sensível comum e fracionado. Para não cair na armadilha de que esse regime policial seria amplo e genérico, é preciso olhar cautelosamente para as características cênicas, poéticas, dramáticas de cada cena de dissenso que perturba determinado (ou determinados) regime de polícia. Se esse regime de polícia é fecundado por normatividades de gênero, raça e classe social, é preciso identificar como esses elementos *aparecem* enquanto recortes comuns e exclusivos dentro de determinada partilha policial e, por isso, um conjunto de estudos de gênero e raça que também não mirem uma grande teoria pode se aproximar com muita facilidade das teorias de rancierianas e utilizá-las ao seu favor. Ou, melhor, poderiam generificar e racializar as proposições de Rancière a respeito da partilha da polícia e da política, como Mário mesmo faz ao apresentar cenas de dissenso fortemente atravessadas principalmente pela dimensão de raça. E só a partir da especificidade de cada

cena de dissenso é que poderemos, então, verificar quais são as características dessa ordem policial (ou ordens policiais) que age sobre a distribuição de corpos.

Para Rancière, a política pode se tornar polícia muito rapidamente e os artistas fazem irromper cenas de dissenso que são transitórias, relacionais e ambíguas. Isso não significa, para o autor, que a partilha do sensível de ordem policial seja imperturbável, e sim que os dois regimes (política e polícia) só existem em relação um com o outro, sem que haja uma espécie de “causa nobre” ou propósito final do dissenso que seja a produção de uma política que irá se estabilizar, ou seja, que iremos alcançar uma “revolução” para instituir uma nova ordem. Polícia e política atuam em conjunto, em atritos e tensionamentos constantes. O que é importante é destacar o jogo, os agenciamentos que produzem fricções entre um regime e outro. Mesmo que a partilha política do sensível produza deslocamentos e remontagens no regime de visibilidade hegemônico, esses deslocamentos convivem de perto (e às vezes por dentro) do regime de visibilidade que dociliza os corpos e vontades.

Por fim, boa parte destes questionamentos feitos por Mário em seu artigo já foram sanados por Rancière em resposta a vários de seus críticos. Para ficarmos somente nesta questão a respeito de uma suposta “universalidade da polícia” ou do “policimento geral sobre determinada situação, mesmo quando trata de uma cena historicamente localizada”, Rancière comenta sobre essa indefinição do conceito de política que tentamos elucidar aqui, além de comentar também seus diferentes “tipos” e arranjos localizados. Estas respostas são possíveis de ser encontradas, como também destaca Angela Marques (2020), em Dillon (2003); Chambers (2011), Patton (2012), Bosteels (2009) e Valentine (2005) (apud MARQUES, 2020).

Problema 2: Polícia da estética

O segundo problema que Mário identifica nos estudos de Rancière, mais especificamente no que diz respeito aos diferentes extratos de polícia, é justamente a *questão da estética*. O autor que recorda que, apesar de associar o regime estético à implantação de uma igualdade estética (RANCIÈRE, 2009), enquanto os policiamentos próprios à estética aparecem ligados aos regimes ético e mimético das artes, a própria afirmação de que os regimes se misturam e que a aparição de um regime não some com os outros (RANCIÈRE, 2012) já “dá margem *dentro* das teorias de Rancière para elaborações mais explícitas sobre *as polícias da estética*” (ROLIM, 2022, p. 5). Além

disso, Mário salienta que por mais que as colocações rancierianas “sobre hierarquias próprias a gêneros artísticos costumem ser amplamente detalhadas em seus trabalhos mais voltados para a estética como “A Palavra Muda” e “*Aisthesis*” (idem.), Rancière não chega a explicitar a existência de polícias da estética, ou abordar sistematicamente as suas relações com as “polícias do social”. Assim, a falta de precisão é o *segundo problema principal* de Rolim com as teorias de Rancière, pois, para o autor, isso “gera o risco de transplantar de forma direta as partilhas policiais “da sociedade” para os gêneros artísticos, ignorando suas hierarquias internas, disputas de território, sistemas de consagração, e consensos em tornos de formas apropriadas de fazer política” (ROLIM, 2022, p. 6).

Neste ponto, julgamos necessário recordar que, para Rancière, tanto a polícia quanto a política são essencialmente estéticas, ou seja, estão fundadas sobre o cotidiano do mundo sensível, assim como a expressão artística. Desse modo, a estética teria a capacidade de realizar um trabalho de desvelamento: é uma operação capaz de ajudar a política a desestabilizar as partilhas policiais do mundo sensível, produzindo um deslocamento do olhar que favorece uma mudança de regime do que é visível e invisível, audível e inaudível. No entanto, suspeitamos que talvez não haja uma mera transplantação direta de uma partilha policial da sociedade para as partilhas policiais dos gêneros artísticos como Mário parece acreditar, pois para Rancière não há um exterior, um fora e um dentro, uma linha de divisão entre o sensível do mundo comum e o sensível das expressões artísticas. Quando Rancière nos lembra do que é uma política da imagem, por exemplo, o autor destaca que não existe um fora e um dentro. Além do mais, para Rancière, a arte é como um modo de vida.

Em determinada passagem, Mário acrescenta “o que estou defendendo é que a estética também está no âmbito social, e que não dá para resolver transcendentalmente as relações entre “partilhas da estética” e “partilhas do social”. (ROLIM, 2022, p. 6). No entanto, nem mesmo Rancière faz essa distinção, vide nosso comentário anterior. A estética está em tudo. Nos estudos de Rancière, há um sério deslocamento da estética associada a teorias da arte, filosofia ou ciência do belo, assim como em relação ao esteticismo ou à estetização (obras artísticas utilizadas para fins de mobilização autoritária, como se viu ocorrer nos regimes de natureza fascista). Aqui, estética e política são formas complementares de organizar o sensível: de dar a entender, de dar a ver, de construir a visibilidade e a inteligibilidade dos sujeitos, dos fatos e dos acontecimentos.

Ainda assim, buscar identificar as polícias da estética (e não apenas as políticas da estética) pode ser um exercício interessante e necessário.

Problema 3: A polícia está em tudo?

O terceiro problema localizado por Mário é ancorado na seguinte pergunta: “*a polícia abarca tudo?*”. Mário aceita o argumento de que, para Rancière, tanto a polícia quanto a política são porosas, criativas, performáticas e de que não há política fora da contingência da polícia. Ainda assim, o autor destaca que seu problema é com *a amplitude do conceito* de polícia. Aqui retomamos a mesma questão já salientada no primeiro problema identificado por Mário: talvez seja mais interessante não chamar de conceito, mas de uma pequena operação teórica e descritiva que só é capaz de ser verificada em uma cena, em um fragmento, em uma dobra do tempo e do espaço e, assim, conseguir apontar qual polícia está sendo rasurada pela potência intervalar da política.

Nos parece que uma falta no texto de Mário, inclusive quando mobiliza algumas cenas, é a ausência de falar de um *aparecer* no campo do sensível. Para Rancière, o aparecimento é mais do que mera visibilidade e a própria aparição tem suas armadilhas: a questão, para o autor, não é tornar-se visível no terreno da visibilidade consagrada, mas alterar relações de poder e sistemas de visibilidade, o que ocorre com a consciência da contingência, que se dá quando os critérios de audibilidade e do tornar-se contável são denunciados: tornar visível o fato de que a norma é tão frágil quanto qualquer outro elemento e depende da nossa agência cotidiana. Para Rancière, importa pensar como retirar a substância das hierarquias, o que se faz, entre outras coisas, abrindo mão de um projeto emancipatório total e compreendendo a experiência não como fundamento de estabilização das identidades, e sim como campo interpretado e interpretável de significação.

Tudo isso para dizer que não consideramos que Rancière desconsidere o plano micropolítico, assim como Mário também o sabe. Rancière está interessado exatamente nas coisas pequenas e chãs. Ele defende que se abra mão da ideia de emancipação como totalidade, como forças inesperadas e inusitadas que vão alterar a sociedade (entendimento ligado à tradição do imaginário simbólico em torno da emancipação em que qualquer forma de produção de política é sinônimo de ruptura total - a utopia do "chegar a algum lugar"). O que interessa a Rancière é uma ideia de emancipação como redistribuição entre lugares, condições, capacidades e incapacidades. Ou seja, não é a

criação de um mundo novo e sim a possibilidade de microacontecimentos sensíveis que promovem mudanças do olhar, momentos intervalares que iniciam processos emancipatórios (alguns dos quais mencionados pelo próprio Mário em seu texto).

Neste ponto, também não nos parece que Rancière fuja de um debate sobre o sofrimento. Ao contrário, em vários de seus textos o autor está interessado em compreender como as violências do regime policial afetam a carne e a subjetividade dos sujeitos, e sobre como esses sujeitos respondem politicamente a estas diversas formas de enquadramentos do sensível. A análise de insurgências, manifestações e levantes, como quando argumenta que os levantes são gestos coletivos de corpos que não aguentam mais sofrer, nos dá algumas pistas de que o autor realmente não ignora estas questões.

Problema 4: E os regimes das artes? Abarcam tudo?

Em relação ao quarto problema identificado por Mário, acreditamos que esta seja a reflexão mais interessante de sua proposta, especialmente de um ponto de vista decolonial: como verificar outros regimes de identificação das artes em diferentes contextos, mantendo a “metodologia” rancieriana de pensar esses regimes atrelando obras de arte e práticas culturais às formas de teorizá-las e percebê-las. O que destacamos, na verdade, é que esse empenho não seja feito mirando grandes esquemas teóricos. Além disso, nos parece que Rancière já alargou sua forma de dialogar com “outros regimes de identificação das artes em diferentes contextos artísticos, históricos e culturais”, sempre mantendo a “metodologia” da cena e da igualdade para estudar esses regimes atrelando obras de arte e práticas culturais às formas de realizá-las e percebê-las, como também destaca Angela Marques (2020). Assim, acreditamos que no fim do dia esta cobrança é uma exigência indevida.

Problema 5: Supervalorização do regime estético

O quinto problema identificado diz respeito à *limitação dos exemplos positivos de política da estética a praticamente um único tipo de estratégia de ligação entre estética e política*. Para Mário, o problema é alçar contradições e limitações nas diferentes proposições de “arte política” ao nível de impedimentos absolutos, a ponto de parecer que somente obras de arte atreladas a *uma das quatro* estratégias de política da estética identificadas por ele é capaz de oferecer experiências estéticas políticas. Aqui nos deteremos mais especificamente à questão do termo *impedimento absoluto*, tendo em

vista que, do nosso ponto de vista, as proposições de Rancière não nos parecem absolutas quando o autor expõe as faculdades políticas da estética e das imagens. Talvez seja mais plausível aceitar o argumento rancieriano da relatividade, isto é, de que é importante não reduzir a política da imagem/estética a um conteúdo (embora, de forma indeterminada, esse conteúdo ainda possa produzir experiência estética de emancipação). Isto significa, também, não criar uma oposição determinística entre política da estética ou arte pedagógica, entre outros regimes. Além disso, é importante considerar a dimensão relacional desses regimes, da estética e da imagem, ou seja, de que eles não estão apenas localizados em uma ampla esfera social, mas também dentro do que Rancière chama de *regime da imaginidade*. Rolim afirma que:

Me parece evidente que esse trecho de Abdurraqib do impacto da escuta coletiva da canção ‘Alright’ de Kendrick Lamar, tida como um “hino dos direitos civis” já é mais uma evidência contra a superestimação do regime estético da parte de Rancière, já que se a “canção ‘Alright’ em si” se liga ao “rap político” tradicional que tem estratégias próximas ao modelo pedagógico de fazer “arte política” do regime mimético (RANCIÈRE, 2012). (ROLIM, 2022, p. 13)

Quando diz isso, nos parece que Mário aponta uma oposição desnecessária ou uma exigência de esquemas muito fechados que talvez não seja próprio ao percurso intelectual de Rancière tentar produzir.

Problema 6: A tese da diferenciação

O sexto problema de Mário com é o que Rockhill (2014) chama de Tese da Diferenciação, ou seja, a ideia que a política e a estética constituem esferas fundamentalmente diferentes uma da outra, e de que a experiência estética política seria incapaz de produzir (“diretamente”) subjetivações políticas por ser da ordem de uma metapolítica. Que Rancière considera a política e a estética esferas fundamentalmente diferentes uma da outra é uma surpresa para nós, pois todo o trabalho de Rancière nos parece assentado na ideia de que as relações entre estética e política são indissociáveis. Nos parece, para finalizar, que talvez Mário possa avançar no escrutínio da ideia de cena em Rancière, o que talvez evitasse algumas cobranças que julgamos excessivas.

Por fim, gostaríamos de parabenizar Mário pela seriedade na leitura de Rancière e pela realização de um trabalho bem-vindo, levantando algumas questões e eventuais

objeções a um autor com importante circulação na área da Comunicação no Brasil e de quem talvez pesquisadoras e pesquisadores se apropriem sem considerar os limites de seu pensamento considerando condições concretas próprias ao nosso contexto, especialmente no que diz respeito às relações de raça, classe e gênero.

A RÉPLICA:

Antes de mais nada, gostaria de destacar que sou grato pela leitura atenta de Dieison e Gabriela do meu artigo. Tanto que, no fim das contas, concordo com vários de seus apontamentos, ou simplesmente não tenho mais o que adicionar ou discordar em relação a eles. Por isso, deixarei de lado a discussão em torno dos problemas de número 2, 4 e 5, e focarei minha resposta sobre as partes do relato referentes aos problemas 1, 3 e 6, em relação aos quais ainda tenho alguns pontos a esclarecer e destrinchar, ou novas perguntas a fazer. Espero que surjam contradições produtivas daí.

Sobre o *primeiro problema*, ou a questão do que chamei de “níveis de polícia”, concordo que termos como polícia, política e partilha do sensível se referem a conceitos abstratos, vagos, genéricos, que ao serem postos em prática precisam ser colocados em perspectiva diante de situações históricas “concretas” ou da “especificidade de uma cena”. Nesse sentido, Rancière chegou até a dizer que “podemos dizer que ‘partilha do sensível’ [por exemplo] é uma noção performativa já que ela nos permite analisar o que torna uma situação ou uma ação política” (RANCIÈRE, 2016, p. 84, tradução nossa).

Também concordo que Rancière não faz uma grande teoria, e que isso é positivo. Já tivemos mais do que o suficiente em termos de teorias universalizantes (principalmente de teóricos europeus). Por isso, me dá alívio quando vejo Rancière (idem.) dizer em entrevista que “eu não acho que conceitos são noções que se encaixam para constituir um sistema”. Além disso, o próprio Rancière se coloca contra esse gesto (hierárquico) de “explicação” por parte da figura do intelectual, e eu não gostaria que sua teoria se propusesse a explicar tudo. Pelo contrário. Acho que essa vagueza e elasticidade em seus conceitos é um dos principais fatores que potencializam nossas análises de cenas diferentes ou específicas que nos aparecem, assim como dão espaço para verificar de modo imanente as dimensões da partilha policial que se desvelam em cada caso.

Para mim, é esse gesto de verificação tendo em mente a descrição de Rancière de palavras como “partilha do sensível” e “polícia” (principalmente termos como polícia, por se afastarem das definições do senso comum) que faz desses nomes *conceitos*. Não

necessariamente por serem uma “caixa de ferramentas” como dizem Foucault e Deleuze (em uma afirmação em relação à qual Rancière discorda), e sim por se fazerem modos de identificar mundos, de criar formas de percepção, nomes que “designam um modo de abordagem, um método, e que demarcam um terreno de pensamento e sugerem maneiras de nos orientar naquele terreno, [...] modos de fazer o mundo inteligível” (idem.)

Nomeação à parte, o problema é justamente na hora de “aplicar” esses conceitos para cenas que podem até ser pequenas, singelas, mas que necessitam de uma perspectiva interseccional por não opor simplesmente um “povo” contra uma ordem policial, uma multidão disforme contra um império, os pobres contra os ricos, os proletários contra a burguesia, entre outras oposições binárias. Sendo mais específico, uma percepção interseccional (como tem sido trabalhado principalmente no feminismo negro) parece particularmente útil na hora de percebermos os microfascismos (DELEUZE; GUATTARI, 2012) presentes *dentro* ou *entre* coletivos minoritários, igualitários, revolucionários etc. Ou seja, formas de hierarquização, silenciamento, vigilância, constrangimento e até investimento libidinal em práticas desiguais, que podem muito bem emergir entre membros de coletivos e grupos sociais de esquerda ou oprimidos, por mais que eles se coloquem contra uma ordem policial (geral) comum.

Não perceber essas reiterações de hierarquias que ocorrem *dentro* de certos grupos ou recortes sociais pode ter como consequência não notar também as cenas de dissenso e de luta nesses grupos, como tentei explicitar no artigo (ROLIM, 2022). E não é que eu esteja dizendo que Rancière não se atente para essas hierarquias e tensões “mais internas”. A questão é que ele poderia ter nos oferecido mais meios de perceber diferentes partilhas dentro de uma mesma partilha (podendo articulá-los com dimensões de categorias identitárias como raça, gênero, classe, nação, mas também outras dimensões possíveis), já que isso acarretaria também em uma maior variedade de ângulos para a identificação de cenas políticas, que podem não fazer referência a um policiamento geral.

Quanto ao *terceiro problema*, reconheço agora que ele não foi “ajudado” pela pergunta, de tendência universalista, por mais que o próprio Rancière (2011, p. 6, tradução nossa) tenha dito que “não há lugar fora da polícia”. Mas a frase foi mal formulada, já que o problema aqui é outro.

Como disse no artigo, Rancière não se detém nas manifestações mais militares e/ou violentas de ordens policiais, atribuindo elas a ordens policiais com mais limitações em suas estratégias de controle e manutenção da ordem, ou mesmo ações militares de

organizações (que se pretendem) libertárias. E não é que Rancière não se importe com a “baixa polícia”. Em certo momento, ele pontuou que “não podemos desassociar o estado da força policial do estado da capacidade política”, na medida em que faz muita diferença se você tem ou não “que ficar assustado ao pisar no quartel-general do governo supremo da nação” (RANCIÈRE, 2016, p. 154, tradução nossa), ou se você vai levar tiros ou não se for para um protesto, por exemplo. É que suas preocupações são com a polícia em sentido mais amplo.

O que me parece crucial em relação a essa questão é que uma possível consequência dessa falta de atenção às dimensões mais violentas das polícias é uma certa omissão de debates em relação aos impactos psíquicos e somáticos da violência policial (em sentido amplo) e às diversas formas de violência que acompanham as guerras civis cotidianas. Como diria Fanon (2021, p. 300-301) em relação ao contexto da Guerra da Argélia, “sabe-se perfeitamente que não é necessário ser atingido por uma bala para sofrer no corpo e no cérebro a existência da guerra”, como ele demonstra ao apontar crescimento em situações de guerra do “contingente de doenças corticoviscerais”, de “perturbações mentais”, patologias “da tortura”, “do torturado” e “de atmosfera”, além de patologias psicossomáticas. Isso evidencia que os policiamentos, as hierarquias e as opressões têm efeitos evidentes nos corpos, que encontram suas próprias maneiras de se defender, mesmo que através de sintomas psicossomáticos. Mais uma vez, entendo a reticência de Rancière em relação a fundamentar a política no sofrimento, o que poderia levar a uma reiteração do lugar de certos grupos sociais como mais propensos a efetuar cenas políticas por supostamente sofrerem mais, uma lógica arriscada e traiçoeira.

No entanto, fico pensando sobre as possíveis implicações ou relações disso com a vaga definição de emancipação como a criação de corpos não mais adaptados à dominação e à distribuição hierárquica de funções e identidades (RANCIÈRE, 2012), em resumo. As cenas de emancipação se diferenciam das cenas de subjetivação política na obra de Rancière por seu caráter mais “privado”, e por sua frequente ausência de figuras policiais ou que representem a polícia. O exemplo mais frequente é a cena do marceneiro francês do século XIX Louis-Gabriel Gauny, que se encontra sozinho na casa de um rico senhor que o contratou, e reconfigura a distribuição dos tempos e das funções ao admirar a vista de uma varanda que ele estava taqueando.

Minha pergunta a partir disso é: quais as implicações da falta de uma discussão mais aprofundada dos impactos corporais (psíquicos, somáticos, etc) dos policiamentos

na percepção de cenas de emancipação? Por mais que Laura Quintana (2020), André Lepecki (2012), Jean-Phillipe Deranty (2016) e outras figuras evidenciem a contribuição de Rancière para pensar as relações entre corpo e política, me pergunto se a noção de emancipação não seria *vaga demais*, por mais que essa vagueza tenha sua potência ao se abrir para uma multiplicidade de possibilidades. Também me pergunto se não seria positivo para a aplicação do conceito uma descrição mais detalhada das “polícias dos corpos”, como venho tentando articular falando dos regimes coreopolíticos do rap (ROLIM, 2020), ou dos impactos corpóreos (o que inclui a parte psíquica) da opressão e dos policiamentos. Talvez isso pudesse evidenciar potenciais tanto coreográficos quanto micropolíticos (DELEUZE; GUATTARI, 2012) na noção de emancipação.

Finalmente, gostaria de falar sobre o *sexto problema*, referente ao que Gabriel Rockhill (2014) chama de Tese da Diferenciação, ou seja, a ideia de que a arte não produz efeitos políticos “como a política propriamente dita”, e sim através de uma espécie de “metapolítica”. Essa tese também não deixou de ser surpreendente para mim, e até decepcionante, em certos momentos. Mas ela *está* presente nos textos de Rancière, ainda que com menos frequência que a *outra* tese crucial (no desenho de Rockhill) para a concepção de política da estética do autor, a Tese da Consustancialidade, que sustenta que política e estética são “consustanciais” na medida em que ambas são formas de partilha do sensível.

A Tese da Diferenciação é fundamentada na ideia de que a “singularidade” da arte, principalmente a partir do regime estético e do estabelecimento da “arte” no singular, tem como pilar “uma identificação de suas formas autônomas com formas de vida e com possibilidades políticas. Essas possibilidades nunca podem ser integralmente implementadas, exceto sob o preço de abolir a singularidade da arte, da política, ou das duas juntas” (RANCIÈRE, 2009, p. 60, tradução nossa). Em outro momento, Rancière argumenta que:

A estética opõe tanto às práticas do dissenso político quanto às transformações do poder estatal o projeto metapolítico de uma comunidade sensória, [que visa] obter o que sempre fará falta na revolução ‘meramente política’: liberdade e igualdade incorporadas em atitudes vivas, em um novo relacionamento entre pensamento e o mundo sensório, entre os corpos e seu ambiente (RANCIÈRE, 2011, pp. 8-9, tradução nossa).

Usando a literatura (e ocasionalmente as artes visuais) como referências para a arte em geral, Rancière tenta esclarecer a distinção entre o funcionamento da política “propriamente dita” (ou seja, a subjetivação política) e da política da estética dizendo que

A literatura pertence às reconfigurações das formas de experiência através das quais a subjetivação política acontece. Mas isso não significa que a literatura seja diretamente política. Primeiro, porque a construção de coletivos de enunciação e demonstrações coletivas não é seu objeto; e segundo, porque a própria literatura busca exceder a literaridade [entendida como a capacidade de apropriar livremente das palavras inaugurada no regime estético], tanto ao recriar formas que permitem às palavras se grudar nos corpos enquanto suprime a lacuna entre eles, quanto ao [produzir] modos de ler o comum que tendem a esvaziar a cena do discurso político em favor da interpretação de signos carregados por coisas silenciosas [um dos lados da ‘palavra muda’]. Neste sentido, sua política é uma metapolítica. Essa tensão habita a literatura [...], e não acho que exista motivo para traçar uma linha separando obras metapolíticas de obras que conduzem à subjetivação política (RANCIÈRE, 2017, p. 195, tradução nossa).

Ou, colocando de modo mais sucinto: “a tarefa da literatura não é constituir instâncias de [um] ‘nós’ coletivo; ela é [...] mais adequada a trazer uma requalificação do [...] tecido comum da percepção”, onde ela “está constantemente fornecendo material para novas figuras de subjetivação”, mas também “tende” a “refazer consensos” (RANCIÈRE, 2017, p. 194, tradução nossa). Talvez isso seja o mais perto que Rancière chega de falar de polícias da estética, como questioneei?

De qualquer modo, ele demonstrou sustentar essa posição até as fases finais de sua carreira, argumentando ao fim do livro *O Método da Cena* que “quanto mais trabalho nisso, mas a relação entre igualdade estética e igualdade política se torna problemática” (RANCIÈRE, 2021, p. 237). Não que o fato dessa relação ser problemática seja necessariamente negativa para os leitores de Rancière, e menos ainda para ele próprio. Como ele disse, a “arte estética promete uma realização política que ela não pode satisfazer, e prospera nessa ambiguidade” (RANCIÈRE, 2015, p. 141, tradução nossa), assim como as suas obras. Para Rockhill (2014, p. 164, tradução nossa), essa ambiguidade “permitiu a [Rancière] gerar alguns dos mais interessantes trabalhos recentes sobre arte e política e ao mesmo tempo encurralou seu projeto entre dois extremos: a identificação abstrata da estética e da política e a reificação concreta da fronteira separando-as”.

E para nós? Quais são as implicações dessa contradição entre a Tese da Consustancialidade e a Tese da Diferenciação para nós, leitores de Rancière e apropriadores de seus conceitos e métodos em maior ou menor grau?

Por um lado, creio que o lado positivo seja realmente a ênfase na indeterminação entre obras de arte e seus efeitos nas experiências estéticas e práticas políticas do público, nos impulsionando a observar as passagens entre esses diferentes registros. Por outro, acho que a Tese da Diferenciação reitera uma separação entre experiência estética e subjetivação política (ou entre estética e política) que pode não ser produtiva, ou simplesmente não condizer com certas cenas políticas, estéticas, político-estéticas e assim por diante, como procurei demonstrar no artigo (ROLIM, 2022). Mais uma vez, a definição do que chamo de “experiências estéticas políticas” (ou seja, experiências estéticas que produzem ou levam a cenas de emancipação e/ou de subjetivação política) de Rancière tem sua potência sustentada em grande medida na sua “vagueza”, mas até que ponto é importante para nós sustentar essa separação difusa entre estética e política, ou esse tom de precaução em torno de uma possível “supressão das duas juntas”?

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Gabriela Machado Ramos de; MARCONI, Dieison. “Trabalhar Imagens, Reparar O Visível: a política da imagem como prática reparadora”. In: **Anais do XXX Encontro Anual da Compós**. São Paulo, 2021.

CHANTER, Tina. **Art, Politics And Rancière: broken perceptions**. 1st ed. New York: Bloomsbury Academic, 2018.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia 2**, vol. 3. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2012a.

DERANTY, Jean-Philippe. “Between Honneth and Rancière: problems and potentials of a contemporary critical theory of society”. In: Deranty, Jean-Philippe; Genel, Katia (Org.). **Recognition Or Disagreement: a critical encounter on the politics of freedom, equality, and identity**. 1st ed. New York: Columbia University Press, 2016. Cap. 2, pp. 33-82.

FANON, Frantz. **Os Condenados Da Terra**. 2. ed. Lisboa: Livraria Letra Livre, 2021.

LEPECKI, André. “Coreopolítica E Coreopolícia”. 2012. In: **ILHA**, Florianópolis, v. 13, n. 1, jan./jun., 2012, p. 41-60.

MARCONI, Dieison. O dia em que os dândis tomaram chá com Jacques Rancière: as relações entre polícia e política na perspectiva das estéticas dândis. **Revista Mídia E Cotidiano**, 15(2), 7-28. <https://doi.org/10.22409/rmc.v15i2.48625>.

MARCONI, Dieison, ALMEIDA, Gabriela. À procura de um páthos queer: conexões entre Aby Warburg e os Estudos queer. In: **Anais do XXXI Encontro Anual da Compós**. Imperatriz, 2022.

MARQUES, Ângela Cristina Salgueiro. “Apresentação da versão em português”. In: Rancière, Jaques. **O Método Da Cena**. 1. ed. Belo Horizonte: Quixote Do, 2021. Pp. 37-76.

QUINTANA, Laura. **Política De Los Cuerpos**: Emancipaciones desde y más allá de Jacques Rancière. 1. ed. Barcelona: Herder Editorial, 2020.

RANCIÈRE, Jacques. RANCIÈRE, Jacques. O dissenso. In: NOVAES, Adauto. (org.). **A crise da razão**. São Paulo: Cia. das Letras, 1996. p. 367-382.

_____, **A Partilha Do Sensível**: estética e política. 2. ed. São Paulo, Editora 34, 2009.

_____, **Aesthetics And Its Discontents**. 1st ed. Malden: Polity, 2009a.

_____, “Nossa Ordem Policial: o que pode ser dito, visto e feito”. In: **Urdimento**, Florianópolis, n. 15, pp. 81-90, out. 2010.

_____, “The Thinking Of Dissensus: politics and aesthetics”. In: Bowman, Paul; Stamp, Richard (Org.). **Reading Rancière**. 1st ed. London & New York: Continuum, 2011.

_____, **O Espectador Emancipado**. 1. ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2012.

_____, **Dissensus**: on politics and aesthetics. 1st ed. New York: Bloomsbury Academic, 2015.

_____, **The Method of Equality**: interviews with laurent jeanpierre and dork zabunyan. 1st ed. Malden: Polity Press, 2016.

_____, “A Critical Discussion”. 2016a. In: Deranty, Jean-Philippe; Genel, Katia (Org.). **Recognition Or Disagreement**: a critical encounter on the politics of freedom, equality, and identity. 1st ed. New York: Columbia University Press, 2016. Cap. 5, pp. 107-132.

_____, **Dissenting Words**: interviews with Jacques Rancière. 1st ed. New York: Bloomsbury Academic, 2017.

_____, **O Desentendimento**: política e filosofia. 1. ed. São Paulo: Editora 34, 2018.

_____, **O Método Da Cena**. 1. ed. Belo Horizonte: Quixote Do, 2021.

ROCKHILL, Gabriel. **Radical History & The Politics of Art**. 1st ed. New York: Columbia University Press, 2014.

ROLIM, Mário A. O. M. “Por Uma Consideração Da Política No Rap A Partir De Regimes Coreográficos”. In: **Anais do XLIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**. Salvador, 2020.

_____, “‘O rap virou de direita’?: ascensão do conservadorismo neoliberal e crise do rap político”. In: **Anais do XLIV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**. Recife, 2021.

_____, “Seis Problemas Na Política da Estética: pensando ‘com e contra’ Rancière a partir de algumas cenas”. In: **Anais do XXXI Encontro Anual da Compós**. Imperatriz, 2022.